



MINISTÉRIO DA SAÚDE

GABINETE DA MINISTRA

Exmo. Senhor
Dr. Luís Guimarães de Carvalho
Chefe do Gabinete de Sua Excelência o
Ministro dos Assuntos Parlamentares
Palácio de S. Bento
1249-068 LISBOA

Sua referência

Sua comunicação

Nossa referência

**ASSUNTO: Pergunta n.º 445/XI/2ª de 15 de Outubro de 2010 da Senhora
Deputada Paula Santos do PCP
- Situação dos Técnicos de Farmácia de Oficina**

No sentido de habilitar a senhora Deputada Paula Santos do PCP, com a informação solicitada, cumpre-me informar V. Exa. do seguinte:

O INFARMED, I.P., não tem conhecimento da diferença salarial existente entre os técnicos de farmácia que exercem funções na farmácia de oficina e aqueles que exercem a sua actividade na farmácia hospitalar.

No âmbito das profissões ligadas à farmácia e ao medicamento existem várias categorias profissionais:

- Técnicos de Farmácia – que cumprem os requisitos estipulados pelo Decreto-Lei n.º 320/99, de 11 de Agosto;
- Auxiliares de Farmácia – que efectuaram o registo de prática, nos termos da Portaria n.º 367/72, de 3 de Julho;
- Técnicos Colaboradores de Farmácia – que concluíram o curso ministrado pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional, nos termos da Portaria n.º 926/2005, de 21 de Julho.

A categoria de “Técnico auxiliar de farmácia”, ao que o INFARMED, I.P., tem conhecimento, foi criada pelo novo contrato colectivo de trabalho (CCT) estabelecido entre a ANF e a SINPROFARMA, estando os seus requisitos previstos no referido CCT.

O âmbito das competências desempenhadas pelos “técnicos auxiliares de farmácia” e o seu plano de formação estão definidas no referido CCT.



MINISTÉRIO DA SAÚDE

GABINETE DA MINISTRA

Mais se informa que o direito à negociação colectiva está consagrado na Constituição e no Código do Trabalho e não assiste ao INFARMED, I.P., nem ao Ministério da Saúde qualquer direito a intervir na negociação que associações patronais e sindicais do sector da Saúde entendam fazer, nem nos acordos que entendam celebrar, sendo que a criação e extinção de categorias profissionais é exactamente uma matéria que pode ser objecto de negociação colectiva.

O facto de determinada convenção colectiva de trabalho atribuir a um trabalhador determinada categoria não significa, por si só, que o mesmo se encontre habilitado a exercer funções próprias de determinada profissão, se a lei exigir outros requisitos para esse exercício, como sejam, por exemplo, determinado nível de habilitações ou certo título profissional.

Por isso, não é pelo facto de certo contrato colectivo atribuir a categoria profissional de farmacêutico a um trabalhador que dispensa medicamentos ao público que o mesmo fica automaticamente habilitado a praticar autonomamente actos farmacêuticos. Só o estará se, simultaneamente, tiver obtido o título de farmacêutico junto da respectiva Ordem profissional.

Quanto à última questão, importa referir que o actual regime jurídico das farmácias de oficina prevê a existência de um quadro farmacêutico, composto por farmacêuticos, e de um quadro não farmacêutico, composto por técnicos de farmácia e outro pessoal devidamente habilitado (cfr. artigos 23.º e 24.º do Decreto-Lei n.º 370/2007, de 31 de Agosto).

Este decreto-lei não define o que se entende por outro pessoal devidamente habilitado, nem estabelece uma habilitação mínima, pelo que esta matéria será objecto de regulamentação específica.

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe do Gabinete

António Mendes